

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial

History and political use of Vila Viçosa while “Renaissance Ducal Village” between the XIXth and XXIst century: about the candidacy to World Heritage

Histoire et utilisation de la Mémoire de Vila Viçosa tandis que « Vila Ducal » de la Renaissance entre le XIX^e et le XXI^e siècles : à propos de la candidature à Patrimoine Mondial

Historia y utilización de la Memoria de Vila Viçosa, en cuanto “Villa Ducal Renacentista” entre los siglos XIX y XXI: a propósito de la candidatura a Patrimonio Mundial

João Gabriel Caia
FCSH-Universidade Nova de Lisboa
joaocaia@gmail.com

Resumo: O município de Vila Viçosa encontra-se num processo de candidatura à Lista de Património Mundial assente na valorização da localidade enquanto «Vila Ducal Renascentista». Em torno desta memória, que se considera singular, procura-se a potencialização patrimonial e local. Por servir de base argumentativa importante para a candidatura, interessa estudar esta memória, de forma a deixar à candidatura alguns contributos para uma argumentação e defesa mais sólida da mesma. Esta memória tem um percurso histórico que não se revela simples ou sequer comum. À medida que se analisam os vários discursos e memórias referentes a Vila Viçosa confirma-se que, não só a memória da «Vila Ducal Renascentista» vai estar presente no decurso da história local, como esta se vai moldando à medida das conjunturas nacionais, o que permite servir como um reflexo interessante dos efeitos a nível local de acontecimentos estruturais para a história nacional.

Palavras-chave: Vila Viçosa; Vila Ducal Renascentista; Património Mundial; Memória e Usos do Passado.

Abstract: The municipality of Vila Viçosa is in the process of applying for a World Heritage List based on the town's increased value as a «Renaissance Ducal Village». Around this memory, which is considered singular, a patrimonial and local potentiation is sought. As it serves as an important argumentative basis for the candidacy, it interests to study this memory in order to leave to the candidacy some contributions for an argumentation and a solid defense. This memory has an historical path that is not simple or even common. As the various discourses and memories referring to Vila Viçosa are being analyzed, it is confirmed that not only the memory of the “Renaissance Ducal Village” will be present in the course of local history, while it is shaped accordingly to national conjunctures, what allows it to serve as an interesting reflection of the effects, at a local level, of structural events of national history.

Keywords: Vila Viçosa; “Renaissance Ducal Village”; World Heritage; Memory and Uses of the Past.

Résumé: La municipalité de Vila Viçosa se trouve dans un procès de candidature à la Liste du Patrimoine Mondial assis dans la valorisation de la localité, tandis que « Vila Ducal » de la Renaissance. Autour de cette mémoire qui se considère singulière, on cherche la potentialisation patrimoniale et locale. À fin de servir comme base argumentative importante pour la candidature, il intéresse étudier cette mémoire, de façon à le laisser quelques contributions pour l’argumentation et défense plus solide. Cette mémoire a un parcours historique qui ne se révèle simples ou pas même commun. À la mesure qu’on analyse les divers discours et mémoires concernant Vila Viçosa on confirme que, non seulement la mémoire de « Vila Ducal » de la Renaissance va être présente au cours de l’histoire locale, comme celle-ci se moule à la

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

mesure des conjonctures nationales, ce qui permet d’être utile pour une réflexion intéressante des effets au niveau locale des événements structurels de l’histoire nationale.

Mots-clés : Vila Viçosa. Vila Ducal de la Renaissance, Patrimoine Mondial, Mémoire et Usages du Passé.

Resumen: El municipio de Vila Viçosa encuentra-se en un proceso de candidatura a la Lista de Patrimonio Mundial asentado en la valorización de la localidad en cuanto «Villa Ducal Renacentista». Alrededor de esta memoria, que se considera singular, busca-se la potenciación patrimonial o local. A fin de servir de soporte argumentativo, importante para la candidatura, interesa estudiar esta memoria, de manera a dejar a la candidatura algunas contribuciones para una argumentación y defensa más sólida. Esta memoria tiene un trayecto histórico que no se revela simples o mismo común. A medida que se analizan los varios discursos y memorias referentes a Vila Viçosa confirma-se, que no solamente la memoria de la «Villa Ducal Renacentista» va a estar presente en el transcurso de la historia local, como esta se va adaptando a medida de las coyunturas nacionales, esto permite servir como un reflejo interesante de los efectos al nivel local, de los acontecimientos estructurales de la historia nacional.

Palabras-clave: Vila Viçosa, Villa Ducal Renacentista, Patrimonio Mundial, Memoria y Usos del Pasado.

Nota introdutória

A propósito da candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO – assente nas características patrimoniais, paisagísticas e culturais que remontam ao período áureo da localidade quando, desde o início do século XVI e até 1640, foi residência fixa da Casa de Bragança e da sua corte – interessa compreender o percurso da memória de Vila Viçosa enquanto uma “Vila Ducal Renascentista”, denominação amplamente utilizada na candidatura. O objecto de estudo deste trabalho será essa mesma memória, cujo percurso se pode traçar desde a análise à literatura memorialista ao comemoracionismo oficioso, materializando-se também na política patrimonial e local que tem sido desenvolvida desde o final do século XX à actualidade como me proponho demonstrar ao longo das próximas páginas.

Dessa forma, os principais objectivos deste estudo serão: o estudo da relação entre memória e património e usos políticos do passado, aplicado ao caso de Vila Viçosa; identificar uma historicidade própria desta concepção da Vila enquanto “Vila Ducal Renascentista”, contribuindo assim para a argumentação da candidatura a Património da Humanidade; e compreender a importância deste tipo de memória para um contexto político e social local.

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

Da Idade do Ouro à Decadência: um reflexo da Revolução Liberal

«A expressão “vila renascentista” justifica-se porque a expansão urbanística realizada em Vila Viçosa no século XVI constitui (...) um dos primeiros exemplos de concretização dos ideais urbanísticos renascentistas que se expandiu, progressivamente a outras latitudes (...). A referência à “vila ducal” também se justifica porque:

- Esta vila, fundada em 1442, está unida à Casa de Bragança desde D. Afonso (1377-1461), 1.º Duque;

- A expansão urbanística realizada no século XVI foi obra de D. Jaime (1479-1532), 4.º Duque;

- A partir de então a vila não mais perdeu o seu brilho de sede da Casa Ducal». (Vila Viçosa, 2018).

É desta forma que a candidatura justifica a utilização do termo “Vila Ducal Renascentista” enquanto mote para o processo de valorização patrimonial que pretende conduzir. Pelo desenvolvimento e transformação da malha urbana durante o período renascentista e pela relação política e cultural que a localidade manteve com a Casa Ducal de Bragança, o Município de Vila Viçosa entende que a denominação atribuída tem uma razão de ser. De facto, a denominação é por estas razões justificável, mas não só. É também por não constituir novidade, isto é, por ser uma denominação com um passado histórico que permanece no discurso durante tempo suficiente para construir uma memória colectiva. A Restauração da Independência a 1 de Dezembro de 1640 é o momento catalisador desta memória, pela saída de Vila Viçosa da Corte Ducal da Casa de Bragança em direcção a Lisboa, capital do Reino agora novamente independente. O impacto naquela localidade que teve a presença da Corte de uma das Casas Reais mais importantes da Europa fora de tal forma determinante, que a sua saída provoca um sentimento de decadência e “final de era” que abordaremos adiante.

A ideia de decadência implica o fim de uma “era” ou de uma “idade”, sucedida por outra que se encontra nos seus antípodas de tal forma que receberá um cunho negativo. Não obstante, não deixa de ser verdade que a percepção da segunda é indissociável da percepção tida da primeira, ou seja, para compreendermos as manifestações de um momento de decadência precisamos de compreender o impacto que o período anterior – neste caso, o anterior a 1640, que remete para a formação e

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

consolidação da Casa Ducal em Vila Viçosa – teve em opiniões terceiras. A bibliografia sobre a Casa de Bragança é de tal forma vasta que atesta, de facto, a marca cultural relevante que esta foi construindo nas mais diversas áreas humanísticas durante a sua presença em Vila Viçosa, num contexto cultural e intelectual europeu marcado pelo crescimento dos ideais renascentistas. Aliás, é esta marca o principal pilar que suporta a candidatura a Património Mundial, no que às intenções de defesa e potencialização de património diz respeito (Serrão, 2016), e que trataremos especificamente em capítulo próprio. Contudo, se a historiografia tem estado muito atenta aos aspectos da história institucional, política e cultural da Casa de Bragança (ou não tivesse esta formado uma dinastia real), revela-se escassa, ou mesmo inexistente, no que concerne às consequências desta a nível local, para a formação de uma conceção própria de Vila Viçosa. Esta situação compreende-se, desde logo, porque a própria localidade nunca chegou a constituir um centro urbano de grande dimensão e, mais importante ainda, porque a manifestação de uma qualquer interpretação ou opinião à época que perdure até aos nossos dias implica que a mesma tenha sido feita de forma escrita, o que por si só impossibilita qualquer estudo sobre a percepção da população no seu sentido mais lato. A percepção e/ou opinião aqui tratada é então de carácter literário e desse teor – justamente pela cultura humanista, característica da época que despontava ao redor daquela localidade – chegaram até aos nossos dias duas importantes obras, contemporâneas dessa “*Idade do Ouro*” que Espanca memorializa:

- *Descrição de Vila Viçosa*, de António de Oliveira Cadornega, um militar em Angola, natural de Vila Viçosa, que em meados do século XVII tece uma extensa descrição narrativa do património edificado de Vila Viçosa e de acontecimentos aí vividos. O tom é marcadamente elogioso e glorificador distinguindo a Vila justamente pela relação estabelecida com a Casa de Bragança, conforme se pode verificar no seguinte parágrafo: *A muito populosa e sempre leal Vila Viçosa, paço de morada da real e esclarecida Casa de Bragança, seu apelido mostra a amenidade de seu sitio em a fertilidade de pomares, hortas, vinhas e olivais, que são dos mais deleitosos que ai em toda a numerosa provincia do Alentejo. Tendo em si cidades e vilas populosas, a primeira e como tal foi escolhida daqueles ínclitos e reais Senhores pera sua Corte e*

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

habitação. Tendo outras vilas naquela Provincia de seu senhorio, escolheram esta ditosa Vila, pera, como singular, ter em si esta realzeza (Cadornega et al., 1982).

- *O Parnaso de Vila Viçosa*, que se acredita ter sido publicado em 1618 por Francisco Morais Sardinha, constitui uma longa narrativa elogiosa, repleta de alegorias e concepções mitológicas da Grécia Antiga em torno da realidade socio-cultural da Corte Ducal de Vila Viçosa, centrada na figura do Duque D. Teodósio II, considerado ser o Deus *Apolo* do verdadeiro *Parnaso* que é Vila Viçosa. Com um estilo literário característico do Barroco, esta obra revela-se importante por retratar a localidade enquanto *importante centro humanístico nesta altura e que vive a sua “idade de ouro” sob a direção, gravidade espiritual e mecenato do “Grande Teodósio II”* (Sardinha et al., 2003), conforme afirma Christopher C. Lund na introdução que faz à obra.

Das impressões que estas duas obras transmitem podem ser retiradas duas principais conclusões: primeiro, a de que existe um ambiente cultural proeminente na Vila a que os autores, contemporâneos do mesmo, não ficam indiferentes, influenciando de forma determinante a sua escrita; segundo, a que confirma o papel central que a Casa de Bragança tem nestas narrativas, permitindo mesmo argumentar que se trata de um caso em que uma Corte Ducal transforma e molda a localidade à sua imagem e, por consequência, a imagem da localidade para o exterior. Aliás, será precisamente por estas linhas gerais de ideias que o Padre Joaquim Espanca vai caracterizar aquela que é, para si, a *Idade de Ouro* da Vila.

Quando escreve as suas memórias, em meados do século XIX, Espanca dedica-se a analisar a história de Vila Viçosa desde as “origens” ao presente, estabelecendo algumas fases evolutivas de acordo com a sua narrativa. Periodiza então uma *Idade de Ouro* coincidente com a estadia fixa dos Bragança na localidade (*desde a erecção de Vila Viçosa em Marquesado até à Restauração da Monarquia Portuguesa (1455-1640)* (Espanca, sd.)), sendo que todas as causas que Espanca aponta para este momento positivo – aumento de rendimentos, elevação política das autoridades locais, desenvolvimento literário e científico, o apoio aos “pobres validos” pelo incremento da vida religiosa – estão inerentes à presença da Corte da Casa Ducal de Bragança. Não obstante, entendemos que esta conceção da «Idade do Ouro» permite essencialmente

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

compreender a ideia de decadência que Espanca irá desenvolver. Aliás, como o próprio afirma, *As causas que lhe proporcionaram tão extraordinários progressos são, como vimos, aquelas mesmas cuja ausência motivou depois o seu decaimento* (Espanca, s.d.). Esta crença num tempo cíclico é construída pela leitura feita sobre o presente, que observa no passado uma realidade diferente e melhor. As considerações que Espanca faz dos períodos da «decadência» estão consideravelmente condicionados pelo presente vivido pelo autor, como passaremos a demonstrar.

Espanca distingue o período da «decadência» em duas fases: a primeira, *depois da restauração da Monarquia Portuguesa até à extinção da grande comarca, das ordens religiosas e de outros estabelecimentos eclesiásticos (1640-1834).*, e a segunda, *, desde a extinção da nossa grande comarca, das Ordens Religiosas e outros estabelecimentos eclesiásticos ou desde a consolidação do Regime Liberal até agora (1834-188...)* (Espanca, s.d.). Para a primeira fase o autor aponta sobretudo razões de ordem económica e cultural, directamente relacionadas com a saída da Casa de Bragança, explicando-a através do prisma de comparação que estabelece com a “Idade do Ouro”, perspectivando a possibilidade de um futuro áureo que dessa forma não se concretizou: *Vila Viçosa, conservando-se Corte efectiva da Casa de Bragança, seria hoje o jardim do Alentejo, a terra dos monumentos grandiosos, uma populosa e rica cidade!* (Espanca, s.d.). Num tom claramente nostálgico, apesar de não o ser por tempos vividos mas sim por tempos que desejaria viver, Espanca constrói neste discurso uma ideia interessante de interminável progresso que a Casa de Bragança concederia à localidade, colocando-a no papel de criadora de um presente contínuo que ignorava qualquer eventual alteração ou perturbação. Se aqui o presente vivido por Espanca já mostra ter influência na forma como o próprio lê e desconstrói o passado, no que diz respeito à segunda fase de «decadência» ela reflete-se em absoluto, ou não dissesse esta fase respeito aos tempos políticos e sociais que Espanca vive.

As causas e críticas que Espanca aponta relativas a este segundo período já não dizem qualquer respeito à ausência da Casa de Bragança – estando esta apenas presente enquanto figura de um passado que se quer de volta –, mas sim às indeléveis marcas que o sistema político-social institucionalizado após a Revolução Liberal deixa no autor, cuja condição de membro do clero não é um pormenor. Espanca tece muitas críticas ao Liberalismo e às políticas liberais que, no seu entender, causaram esta nova decadência.

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

Lamenta o facto de terem sido suprimidos três Conventos de Frades (Gracianos, Paulistas e Capuchos), a extinção dos dízimos e consequente perda de receita da Capela Real, que resultou na extinção desta e do Colégio dos Reis por falta de receita, a extinção do Isento de Vila Viçosa e o facto de, em 1834, a Vila ter deixado de ser cabeça de Comarca. Não obstante, mais do que apresentar estas consequências, o discurso de Espanca tem um teor político muito acentuado e, inclusive, pode servir de exemplo de reacção religiosa à secularização que o Liberalismo estava paulatinamente a promover. Deste modo, a memória de Vila Viçosa ganha maior riqueza, por constituir também um caso de interesse e uma contribuição para o estudo dos impactos sociais decorrentes da Revolução Liberal. Neste sentido, verifica-se que em Espanca a dicotomia Antigo Regime/Liberalismo está subjacente à crítica que o próprio faz do passado, no presente: (...) *O que infelicitou o Reino em geral e Vila Viçosa em particular foi a entronização da heresia do Liberalismo com as suas doutrinas meio pagãs e meio cristãs ou com mais verdade com as suas doutrinas racionalistas e maçónicas.* (Espanca, s.d.).

Por fim, concluímos haver em Espanca uma leitura do passado no presente, e não a partir do presente sobre o passado, sendo que para o autor a concepção da “idade do ouro” está, como se pode concluir, completamente influenciada pelo presente político, que reforça e motiva a “decadência” e sucessiva procura por um regresso aos moldes do passado, isto é, aos moldes áureos característicos do Antigo Regime. Quando Jacques Le Goff tenta conceptualizar a procura por uma “Idade do Ouro”, entende tratar-se de um *fenómeno de inversão (...) uma procura de regeneração, mas desta vez não se trata de iniciar um novo ciclo, mas voltar atrás no tempo através de um retorno ao estado selvagem* (Le Goff, 2000). Contudo, no caso da Vila Viçosa de Espanca, esta noção de “estado selvagem” confunde-se com a de “Idade do Ouro”, por ser efectivamente para esta que se pretende tal retorno.

Comemoração política da memória durante o Estado Novo

A memória de Vila Viçosa, cujo teor ideológico ficou consolidado nas *Memórias de Vila Viçosa* do Padre Espanca, previamente abordadas, não sofreu qualquer contribuição ou alteração substantiva até ao Estado Novo. E mesmo aqui, não se procura construir uma memória alternativa à já existente, assente na glorificação do

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

passado inerente à Casa de Bragança, na conceptualização de uma «Idade do Ouro» e na reacção a um regime liberal antípoda do regime exaltado. Tudo isto permanece no plano teórico, contudo, existem de facto algumas diferenças que não são um pormenor na abordagem que é feita pelo regime salazarista. Desde logo, já não se trata de um exercício de memória individual (que, mesmo tendo teor político, pode representar, no máximo, a manifestação de um corpo social – a Igreja –, mas nunca vincula um corpo político), mas sim de um exercício de memória colectiva, cuja iniciativa parte do poder político, com fins políticos de legitimação das bases ideológicas do regime instituído. Além disso, mas também por isso, a ideia de decadência presente no discurso de Espanha não tem, nem pode ter, lugar no discurso oficioso e comemoracionista que o Estado Novo irá assumir nas comemorações do Duplo Centenário, entre 1939 e 1940, nas quais irá integrar Vila Viçosa nas intervenções realizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enquanto um dos *cinco-lugares mito, símbolos de lusitanidade* presentes no imaginário colectivo, por entender-se ter aí começado a Restauração de Independência de 1640 (Tomé, 2010). O objectivo do regime é de celebração de ideais que quer vigentes no sistema político que pretende instituir e, desse modo, o exercício de construção de memória estará assente numa retórica de recuperação do ideal para o aplicar, tal como Catroga afirma acontecer numa “comemoração”: *o passado é oferecido como arquétipo ao presente e ao futuro, pelo que, embora o rito insinue uma concepção repetitiva e cíclica, o seu significado último é sobredeterminado pela crença na irreversibilidade do tempo* (Catroga, 2001). Nessa medida, urgia comemorar uma época que o regime – à semelhança de Espanha, o que demonstra persistência e continuidade dessa leitura – também via como a «Idade de Ouro» da localidade¹.

Os usos políticos que o regime faz da memória de Vila Viçosa são, desse modo, concertados num programa mais vasto de construção de uma memória colectiva, e irão reflectir-se, em grosso modo, a nível de obras públicas e património edificado. Veríssimo Serrão aborda as políticas públicas efectuadas pelo governo de Salazar em Vila Viçosa, realçando a importância que a relação do concelho com a Casa de Bragança tem para o regime. Não se pretende aqui fazer um levantamento destas

¹ Cf., por exemplo, *Revista dos Centenários*, nº12, “Vila Viçosa” (31 de Dezembro de 1939).

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

políticas, mas apenas indicar o quão variadas foram, desde o apoio à construção de um bairro de 76 casas económicas, aos apoios à construção da rede de esgotos e pavimentação nas ruas envolventes do castelo, à construção de um lavadouro público, à construção de um pavilhão para a venda de peixe e carne no mercado de cereais da Vila e também aos mais de 600,000\$00 concedidos para os trabalhos de urbanismo considerados urgente, já enquadrados nas comemorações do Duplo Centenário. Veríssimo Serrão justifica esta importância devido à conceção do Portugal Restaurado: *Tais as razões que levaram os nossos governantes, desejando celebrar os oito séculos da Fundação e os três da Restauração, a fazer desta Vila o sagrado panteão das glórias antigas do Portugal Renascido* (Serrão, 2005).

A intervenção urbanística e patrimonial realizada em Vila Viçosa tem um rosto principal: o de Duarte Pacheco. O Ministro das Obras Públicas é o principal responsável pelas alterações à malha urbana de Vila Viçosa e pelo uso da memória no repensar do património histórico. Existe na requalificação urbana um claro objectivo de alinhar a malha no sentido de conceder centralidade aos monumentos históricos que simbolizam a memória que se quer recuperar. Tal como Miguel Tomé afirma *a intervenção estendeu-se a toda a povoação, rasgada agora por uma rede integrada de espaços públicos pontuados pelos elementos simbólicos identitários, entretanto «desafogados»: o Castelo, o Paço Ducal e o Centro da Vila* (Tomé, 2010). Foi, por exemplo, demolido um quarteirão de edifícios para unir duas praças e assim criar a praça principal da Vila, de frente para a entrada principal do Castelo, que passou a assumir uma posição central, numa operação cujo objectivo foi apenas o de *saneamento estético*, que o autor identifica como característica das intervenções planeadas no contexto das Comemorações Centenárias (Tomé, 2010).

Esta intervenção liderada por Duarte Pacheco tem como principal obra a construção da estátua equestre a D. João IV, no seio do Terreiro do Paço, e frente ao Paço Ducal. Uma estátua desenhada por Francisco Franco, que Duarte Pacheco já não chega a ver concluída (pois morre num aparatoso acidente de carro em viagem de Vila Viçosa para Lisboa, justamente após uma vistoria ao estado das obras da estátua), mas cujo nome fica *indubitavelmente ligado ao monumento de D. João IV* (Costa, 2012).

Relativamente a estátuas equestres, Monterroso Teixeira afirma *O monumento equestre pressupõe uma permanência no tempo e uma constância na história*,

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

procurando no recorte alegórico expressar os valores militares, políticos, éticos e estatutários da personalidade do retratado. (Teixeira, 2008). Ora, a construção desta estátua é a materialização do simbolismo que a figura de D. João IV, o *Senhor de Vila Viçosa* conforme lhe chama Rodrigues Cavalheiro², acarretava para o regime, no que concerne ao seu protagonismo numa narrativa histórica de perseveração e consolidação de uma ideia de Nação, pois existe mesmo este objectivo em produzir a memória de uma Nação contínua e firme no tempo histórico. O culto ao Rei D. João IV, sujeito histórico que o regime recupera, por considerar ter sido *denegrado pela ideologia demoliberal*, e centrar-se-á na comemoração da Restauração de 1640 enquanto “herói” da consolidação da independência nacional (Neto, 2010). Ideal que se constata, por exemplo, no discurso de Júlio Dantas, aquando da inauguração da estátua³, quando afirma que D. João IV era «*o rei que os portugueses vieram buscar a este palácio, depois de um colapso de sessenta anos, para assegurar a vivificação e a continuidade histórica da nação*». (Teixeira, 2008).

A memória que o Estado Novo constrói de Vila Viçosa está, como verificamos, intrinsecamente relacionada com a presença da Casa de Bragança durante a época de domínio espanhol. É-lhe atribuída, desde logo, a virtude de ter mantido viva *a saudade duma côrte nacional*⁴, pela riqueza material e cultural do estilo de vida que desenvolveu na localidade. Numa publicação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo sobre o Paço Ducal de Vila Viçosa, de 1973 – o que nos indica que esta memória teve continuidade para além das comemorações do Duplo Centenário, além dos apoios que continuou a conceder à Vila em termos de obras públicas (Serrão, 2005) –, escreve-se que *Uma visita ao Palácio é tanto uma peregrinação de arte como uma romagem de saudade*⁵ Deste modo, não são de estranhar as boas relações que o governo de Salazar procura estabelecer com a Fundação Casa de Bragança. Essa motivação está bem patente num excerto da Nota Oficiosa de 27 de Março de 1938, em que se refere a Vila

² Cf. *Revista dos Monumentos*, nº5, “Senhor de Vila Viçosa” (31 de Maio de 1939).

³ De referir, a título de curiosidade, que se atrasou pois apenas se inaugurou a 8 de Dezembro de 1943, enquanto o Nº5 da *Revista dos Centenários* calendarizava a inauguração para 6 de Novembro de 1940 (sendo que este também foi um dos motivos que levou Duarte Pacheco a fazer a vistoria que precedeu a sua morte).

⁴ Cf. *Revista dos Centenários*, nº12, “Vila Viçosa” (31 de Dezembro de 1939).

⁵ Cf. *Palácio Ducal de Vila Viçosa = Ducal Palace in Vila Viçosa = Le Palais Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

Viçosa a propósito da organização das Festas do Duplo Centenário, e que entendo ser de importante transcrição:

«Deve lembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje como muitos outros bens a uma Fundação instituída pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das Herdeiras, a Fundação usufrui já quase todo o Palácio em que há-de instituir um Museu e uma Biblioteca. Dado o carácter de utilidade pública da aludida Fundação, o valor arquitectónico do Palácio e o interesse histórico e artístico do seu recheio, está indicado se trate já da sua recuperação para poder ser efectivada o mais cedo possível a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O Palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitui o panteão dos Duques de Bragança, seriam por este modo elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence». (Serrão, 2005).

Por fim, resta concluir que, na prática, Vila Viçosa irá beneficiar concretamente de uma maior relevância e centralidade que é anormal para a realidade geral dos restantes pequenos concelhos do interior do país, mas que lhe é concedida justamente pela materialização daquilo que Enzo Traverso distingue como última etapa da memória: uma *obsessão memorial* (Traverso, 2008), neste caso em torno do passado histórico da Casa de Bragança enquanto instrumento para a construção de uma memória colectiva de Nação.

Usos concertados da memória para a potencialização patrimonial e local

A memória da «Vila Ducal Renascentista», conforme foi desenvolvida, irá sofrer, após a Revolução de Abril, mutações consideráveis. Desde logo, deixará de integrar qualquer discurso oficioso do Estado, ou seja, Vila Viçosa não tem para o novo regime político um significado ideológico que motive a utilização desta no processo de construção de uma memória colectiva respeitante à Nação. Aliás, os usos dados à memória de Vila Viçosa contemplam apenas finalidades culturais, de potencialização patrimonial e local, no âmbito das políticas da UNESCO de preservação de património histórico. Além disso, deixa de estar patente a ideia de uma narrativa de decadência. Apesar da época da residência da Casa de Bragança em Vila Viçosa continuar a ser encarada e tratada como a época áurea da localidade, já não se verifica um discurso

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

sobre o passado que se quer recuperado, na sua forma política e social, para o presente e futuro. O património, que advém de uma memória colectiva (neste caso, certamente advém da memória colectiva profundamente trabalhada pelo Estado Novo), é construído de acordo com a forma como se perspectiva o passado, variável consoante as identidades que se pretendem recuperar e perpetuar (Godinho, 2012). Agora, interessa a quem aborda o passado histórico da Vila, o uso deste para promover a capitalização da memória da «Vila Ducal Renascentista» em cenários de política local e patrimonial, sem interesse na valorização de uma realidade social que se quer novamente implementada, e sem interesse na afirmação de bases ideológicas de índole cultural e nacional.

Verificam-se, pelo menos desde a década de 1990, esforços iniciais concertados para um estudo histórico, patrimonial e artístico de Vila Viçosa, com grande ênfase dado à presença da Casa de Bragança, que se torna incontornável no contexto local. Exemplos disto serão o lançamento, em 1993, da *Callipole*, revista anual de cultura que irá promover um constante debate cultural a nível local, ou o lançamento, em 1997, do nº6 da revista *Monumentos* com um dossier específico intitulado *O Paço de Vila Viçosa*, e dez anos depois, 2007, o lançamento do nº27 da mesma revista com um dossier específico intitulado *Vila Viçosa*. Em ambas as revistas salientam-se vários aspectos patrimoniais e culturais – desde azulejaria, malha urbana ou património religioso – que irão integrar o argumentário da própria candidatura a Património Mundial. Nos próprios artigos dos diferentes números da Revista *Callipole*, podem ler-se vários argumentos que atestam a existência de uma memória subordinada à ideia da «Vila Ducal Renascentista». Joaquim Torrinha, por exemplo, faz uma breve análise histórica por vários aspectos da corte renascentista da Casa de Bragança em Vila Viçosa, salientando as vivências culturais da época: *Se alguém viveu com o sentido posto no extraordinário valor que o humanismo ofereceu e representou para a Humanidade, esses encontram-se entre os Duques de Bragança*. (Torrinha, 2005). Vítor Serrão, já com o processo de candidatura em curso, quando tenta justificar a mesma, mesmo acrescentando argumentos de outro cariz, acaba por não se distanciar deste argumentário. Este justifica-a, então, considerando cinco pontos:

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

- A textura urbana, destacando o variado conjunto de bens histórico-arquitectónicos numa malha urbana moderna;
- O mármore, nos seus variados usos, enquanto cultura decorativa que concede especificidade à localidade. Adjectiva Vila Viçosa como uma espécie de cidade ideal do Renascimento e capital da região dos mármore;
- Outras especificidades ornamentais dos séculos XVI e XVII, sobretudo, que decoram um grande número de espaços religiosos e civis, com destaque para a pintura a fresco e o estuque relevado integradas nas novidades estéticas renascentistas desenvolvidas no seio da corte da Casa Ducal;
- Realça ainda as múltiplas valências e raízes arqueológicas, etnográfica, histórica, literária, antropológica, hierofânica e memorial que complementam e enriquecem a paisagem urbana e a sua envolvente.
- O variado e importante conjunto patrimonial directamente relacionado com seis séculos de História e Arte da Casa Ducal de Bragança, cuja contribuição para o estudo desta lhe concede um relevo acentuado (Serrão, 2016).

Entre classificações de património edificado e organização de eventos culturais, conforme fez levantamento Flávio Lopes (2016), o Município de Vila Viçosa tem tido, na realidade, uma esforçada iniciativa de progressiva valorização patrimonial e local que culmina com a candidatura referida. Nessa, como já indicado, existirá uma maior importância dada ao património pela forma como pode e deve ser conhecido e salvaguardado. Além disso, a relação com a Casa de Bragança continuará a servir como catalisador principal da memória da «Vila Ducal Renascentista», em moldes semelhantes aos anteriores. Conforme afirmado na candidatura: *Com efeito, a marca indelével deixada pela Casa de Bragança, resultante do carácter sistemático da presença ducal, é ainda hoje bem visível em Vila Viçosa e constituiu a força motora da sua organização social e espacial, alcançando um carácter excepcional no contexto nacional* (Vila Viçosa, 2018).

Considerações finais

Conforme conseguimos verificar, a história de Vila Viçosa é marcada por discursos muito próprios e o seu conteúdo não se limita aos séculos XVI e XVII. Isto é,

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

o facto de ter sido por momentos um centro político de grande influência parece-nos essencial para compreender as narrativas geradas aquando de transição de regimes políticos. A construção da memória de uma “Idade do Ouro”, que ocorre para afirmar oposição ao regime vigente, vem reiterar os usos de que a história e o património podem ser alvo no discurso público e político. Ao que se pretende valorizar, atribui-se historicidade que conceda identidade e consequente argumento para tal. Ao que se pretende criticar, a narrativa da “Idade do Ouro” é necessária para criar exemplos antagónicos. Deste modo, o caso de Vila Viçosa é representativo de como a política estabelece e influencia as percepções histórico-patrimoniais cultivadas nos meios e espaços públicos.

A «Vila Ducal Renascentista» não é apenas uma adjectivação - muito concreta e pragmática -, mas sim uma expressão da história local. Neste sentido, uma candidatura à lista do património da humanidade, com uma designação que verificámos ter em si um contexto histórico tão próprio e complexo que a torna parte integrante deste património, é determinante para conseguir salientar a importância de também observar a história local numa perspectiva de longa duração.

Parece-nos evidente concluir que, em primeiro lugar, a memória de «Vila Ducal Renascentista» consolida-se na contemporaneidade como uma expressão da reacção conservadora às mudanças políticas que a Revolução Liberal vai provocar. É a oposição ao Liberalismo que impulsiona a construção de uma memória em torno da paisagem de uma pequena Vila rural dominada pelo esplendor de uma Corte Renascentista, enquanto exemplar dos tempos áureos do Antigo Regime que se celebram. Pode-se afirmar que esta memória é, em si mesma, um símbolo de resistência ao Liberalismo.

Em segundo lugar, concluímos que reside no comemoracionismo e na intervenção urbanística do Estado Novo a razão pela qual a memória de Vila Viçosa enquanto uma Vila Ducal Renascentista se afirmou enquanto imagem pública consensual, e que por isso resistiu, sem qualquer dificuldade, à queda do Regime. A retórica da comemoração da Restauração da Independência, conjugada com a intervenção urbana protagonizada por Duarte Pacheco, consegue tornar Vila Viçosa indissociável da Casa de Bragança e, desse modo, insistir na imagem de uma Vila que teve a sua “Idade de Ouro” quando tinha Corte. Porém, ao conseguir permanecer no discurso público até aos nossos dias, verificamos que esta memória passa facilmente de

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

uma construção política para uma perspectiva histórica generalizada, o que, por si só, constitui uma particularidade a ter em conta.

Não obstante, se esta memória se reflecte agora na preservação de um património histórico, arquitectónico, artístico e social próprio do Renascimento, com máxima expressão na candidatura a Património Mundial, entendemos ser também importante conseguir articular esta memória com aquilo que da mesma se esqueceu. Isto é, uma das características que concede efectiva singularidade a Vila Viçosa é justamente o facto de se ter desenvolvido um centro político, intelectual e humanista em articulação com o meio rural envolvente, contudo a memória que foi sendo consolidada contribui para o esquecimento de uma realidade social que, essa sim, foi contínua e persistiu durante a história da localidade. Recuperar e preservar a memória de costumes e modos de vida inerentes ao trabalho agrícola⁶ que se estão a perder, seja em articulação com a comunidade local, seja em articulação com outras localidades, deverá também servir de argumento à candidatura, quer para enriquecer a própria com esta singularidade de uma Corte instalada num meio pequeno e rural, quer para contribuir para que não caia em esquecimento a vida rural que até ao século XX marcou indelevelmente o espaço que agora se pretende valorizar.

Por fim, é possível constatar que existe em Vila Viçosa uma dinâmica de memória histórica muito particular, que pode em si mesma constituir um caso de uso do passado, pois abre a possibilidade de, articulando diferentes períodos históricos, servir de contexto para iniciativas de potencialização local de uma Vila que parece julgar ter no turismo cultural a sua única janela para o desenvolvimento económico.

⁶ E neste campo, o Município de Vila Viçosa já dispõe de um equipamento cultural que pode potenciar esta vertente: o Museu Agrícola e Etnográfico, que conta com um acervo considerável de objectos representativos do mundo rural desde finais do século XIX.

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

Bibliografia:

Fontes:

ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha (1983-1992), *Memórias de Vila Viçosa (36 Fasc.)*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

CADORNEGA, António de Oliveira; TEIXEIRA, Heitor Gomes (introd.) (1982), *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Palácio Ducal de Vila Viçosa = Ducal Palace in Vila Viçosa = Le Palais Ducal de Vila Viçosa (1973), Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

SARDINHA, Francisco de Moraes; LUND, Christopher (introd.) (2003), *O Parnarso de Vila Viçosa*, Rio de Janeiro, H.P. Comunicação.

SERRÃO, Vítor (2016) “As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as Bases de Uma Candidatura.”, *Callipole*, vol. 23, pp.29–31.

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro (2005), “Vila Viçosa Renascentista.”, *Callipole*, vol. 13, pp.31–41.

VILA VIÇOSA, *Vila Ducal Renascentista: proposta de inclusão na Lista do Património Mundial*. Município de Vila Viçosa, 2018.

Periódicos:

Callipole: revista de cultura

Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos, nºs 6 (1997) e 27 (2007)

Revista dos Centenários (1939-1940)

Estudos:

CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora.

COSTA, Sandra Vaz (2012), *O País a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitectura e Memória Na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press.

GODINHO, Paula (2012), “Usos Da Memória e Práticas Do Património. Alguns Trilhos e Muitas Perplexidades” in Paula Godinho (coord.) *Usos Da Memória e Práticas Do Património*, Lisboa, Edições Colibri, pp.13-23.

GOFF, Jacques Le (2000), *História e Memória*, Lisboa, Edições 70.

João Gabriel Caia - *História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 2. 2019. 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

LOPES, Flávio (2016) “O Património de Vila Viçosa: Da Classificação Dos Monumentos Pátrios à Abertura Ao Mundo”, *Callipole*, vol. 23, pp.17–28.

NETO, Maria João (2010) “Restaurar Os Monumentos Da Nação Entre 1932 e 1964” in Jorge Custódio (coord.) *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património, pp.157–66.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2005), “Vila Viçosa No Estado Novo: A Acção Do Engº Duarte Pacheco” in Manuela Mendonça (coord.) *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa - Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp.11-24.

TEIXEIRA, José de Monterroso (2008), “A Estátua Equestre de D. João IV, O Restaurador, No Terreiro Do Paço de Vila Viçosa, No Contexto Das Comemorações Do Duplo Centenário, 1940” in Miguel Figueira de Faria (coord.) *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.255-270.

TOMÉ, Miguel (2010), “Arquitectura: Conservação e Restauo No Estado Novo.” In Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património, pp.167-174.

TRAVERSO, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*, Odivelas, Unipop.